



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado

Luiz Salgado Neto¹

Resumo:

O objetivo deste artigo é demonstrar como a identidade nacional palestina foi construída através de um duplo processo: por um lado como reação ao movimento sionista, depois Estado de Israel; por outro, através da percepção de diferenciação de um grupo no interior do mundo árabe. Busca-se demonstrar que este processo está inserido no contexto das transformações pelas quais passou o Oriente Médio durante o século XX. Será apresentado um debate sobre a identidade local palestina, tal como percebida por um grupo árabe ligado à noção de pertencimento ao lugar, e sua transformação em identidade nacional. Posteriormente, o foco será o movimento político nacionalista palestino, cuja trajetória tornou um movimento disperso e desarticulado em um sólido movimento nacionalista; e fez com que os “árabes residentes na Palestina” se tornassem “palestinos”, dotados do direito, reconhecido pela comunidade internacional, a um Estado próprio.

Palavras chave:

identidade palestina – conflito israelense-palestino – nacionalismo – identidade nacional.

Abstract:

The aim of this paper is to demonstrate how the Palestinian national identity was constructed through a double process: in one hand, as a reaction to the Zionist movement, thereafter State of Israel; on the other, through the group perception as a distinct inside the Arab world. This article seeks insert this process in the context of changes in the Middle East during the twentieth century. The paper will present a debate about the Palestinian local identity, as experienced by an Arab group linked to the idea of belonging to place, and its transformation into national identity. After this, the focus will be the Palestinian nationalist movement, whose trajectory transformed a scattered and disjointed movement in a strong nationalist movement; and transformed the “Arabs living in Palestine” in “Palestinians”, who have the right, recognized by the international community, to statehood.

Keywords:

Palestinian identity – Israeli-Palestinian conflict – nationalism – national identity

1 Introdução

Dentre os pontos mais polêmicos na investigação histórica que se dedica ao conflito palestino-israelense, há uma questão especialmente delicada: a que se refere à construção das identidades dos atores envolvidos. Ser palestino, judeu, árabe, israelense não é algo da ordem do natural. Tais construções identitárias não são um fenômeno da natureza ou uma característica genética, biologicamente determinada. Todas essas categorias são construídas socialmente e historicamente. Não há uma identidade sem que haja outras pessoas com quem sejam compartilhadas características em comum, que os iguale e os faça sentir que pertençam ao mesmo grupo. Porém, ao mesmo tempo em que o sujeito identifica-se com alguns, se diferencia de outros, e, dessa forma, gradativamente forma sua identidade. Ela é, portanto, produto de uma construção social (SILVA, 2003, p. 76).

Contudo, afirmar que as identidades são construções sociais, não significa dizer que são inventadas, que são criadas deliberadamente por um grupo de pessoas com intenções espúrias ou louváveis, sem qualquer ligação com a vivência cotidiana dos sujeitos. A identidade não se faz a partir do nada. Como um produto social e cultural, ela se faz e refaz na ação efetiva dos sujeitos em sociedade². Ela tem história e é construída de forma intersubjetiva, compartilhada. Está interligada e interliga vários acontecimentos, memórias, vivências, conflitos e cooperações, vitórias e derrotas. E todas essas experiências são percebidas como coletivas, características de um grupo específico. Perceber essa construção, gradativa e conflituosa, requer uma análise historiográfica em pontos-chaves dessa trajetória.

Além disso, é importante salientar que há diversos níveis de identidade: de etnia, de classe, de religião/religiosidade, de gênero, de origem familiar etc. Mas a partir de fins do século XIX até nossos dias, a identidade de certos grupos reside em uma ideia que se tornou muito poderosa: a ideia de nação. Assim, podemos dizer que em contextos apropriados construiu-se uma “identidade nacional”, ao mesmo tempo afirmação de uma identidade e busca de legitimidade política.

Segundo Montserrat Guibernau, a nação é a forma preferencial de identidade na modernidade. Para ela, o nacionalismo “é criador de identidade para os indivíduos que vivem e trabalham em sociedades modernas” (GUIBERNAU, 1997, p. 82). Com efeito, Ilan Pappé data a entrada da Palestina na modernidade no final do governo otomano³ (PAPPE, 2004, p. 8). É, portanto, justamente no período em que a Palestina adentra ao que convencionamos chamar de modernidade que podemos ver o surgimento de uma identidade cada vez mais voltada para elementos nacionais entre a população árabe local.

No entanto, o termo “nação” não se explica por si mesmo. Este conceito é bastante problemático. Envolve diversas questões e níveis de discussão. Ernest Gellner nos propõe duas possibilidades de conceituação, ambas, segundo ele mesmo, inadequadas e insuficientes, mas que fornecem auxílio como base para análises. A primeira é cultural, a segunda voluntarista. Ficarei aqui apenas com a voluntarista, que diz que

dois homens são da mesma nação quando se e apenas se eles **reconhecem** um ao outro como pertencentes à mesma nação [...] Uma mera categoria de pessoas (digamos, ocupantes de um dado território, falantes de uma dada língua, por exemplo) se torna uma nação se e quando os membros da categoria firmemente reconhecem certos direitos e deveres mútuos em virtude de se perceberem como membros dela. É neste tipo de reconhecimento de um ao outro como iguais que os torna uma nação, e não os outros atributos compartilhados, quaisquer que sejam, que os separem dos não-membros [grifo no original] (GELLNER, 2006, p. 7).

Portanto, deve haver um grupo composto por pessoas que se identificam mutuamente e que percebam haver obrigações e deveres entre si. Independente do grau de semelhança em relação a estas pessoas, é a percepção de companheirismo e cumplicidade que garante a existência de uma relação entre “nacionais”. Porém, companheirismo e cumplicidade não bastam para entender a identidade nacional. Na maioria dos grupos de identidade, há uma percepção entre os membros de formarem uma coletividade marcada pela solidariedade entre si. A nação se constitui por mais alguns elementos.

Nesse sentido, indo além do conceito proposto por Gellner, devemos observar o conceito de Benedict Anderson, para quem nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Para Anderson, é uma comunidade imaginada porque mesmo que a nação seja muito reduzida, aqueles que se identificam como nacionais não conhecem todos os outros membros da nação e ainda assim se percebem como iguais e solidários, em uma camaradagem horizontal que coloca a todos e uma situação de companheirismo e cumplicidade, independentemente de suas diferenças. Além disso, a nação é limitada. Todos os nacionalismos, mesmo os mais abrangentes, buscam efetivar suas demandas políticas em um território delimitado. Mesmo que a dimensão deste território não seja rígida, nenhum deles advoga por uma nação em todo o mundo. Por fim, tais limites são as fronteiras dos Estados modernos, soberanos (ANDERSON, 2008, pp. 32-4). Portanto, a nação pressupõe a existência ou a luta pela construção de um Estado moderno. Assim, não é qualquer grupo de semelhantes que se vê

como nação. Mas sim aqueles que se percebem semelhantes e solidários no interior da comunidade imaginada, limitada e soberana.

Por outro lado, se a percepção da semelhança é importante, talvez mais significativa seja a noção de diferença. Para Tomaz Tadeu Silva, antes de se ver semelhante, o sujeito procura o diferente. Quando alguém afirma que é “brasileiro”, diz, ao mesmo tempo, que não é alemão, argentino, chinês, sul-africano etc. (SILVA, 2003, pp. 74-5). Portanto, sentenciar positivamente o pertencimento a uma nacionalidade, corresponde a enunciar, em uma palavra, uma série de negações de outras nacionalidades: A um “nós” sempre corresponde a um “eles”. Falar de identidade pressupõe necessariamente falar de alteridade. Assim, a identidade se constrói com maior efetividade em processos de diferenciações (SILVA, 2003, p. 76).

Partindo desses pressupostos, este trabalho buscará observar as formas pelas quais a identidade nacional palestina foi sendo gradativamente construída a partir de um processo de dupla diferenciação e afirmação: em relação ao movimento sionista e em relação ao restante da população de etnia árabe, ambos os eixos marcadamente influenciados pelo contexto político iniciado em fins do século XIX. Contexto que está inteiramente relacionado à entrada da Palestina na modernidade e à construção das fronteiras do Oriente Médio contemporâneo. Contudo, antes, é preciso observar quem eram as pessoas que habitavam a Palestina no final do século XIX e início do XX e como eles se identificavam.

2 Debate sobre os árabes palestinos

É equivocado mencionar os palestinos como um grupo “nacional” se referindo ao final do século XIX. Quando as migrações em massa de judeus sionistas se iniciou, em 1882, produto do avanço do antissemitismo na Europa, o grupo humano que habitava a região que hoje chamamos de Palestina se enxergava eminentemente como árabe. Esta constatação não implica dizer que não havia uma população árabe autóctone na Palestina quando os sionistas chegaram. O lema utilizado pelo movimento sionista, “uma terra sem povo para um povo sem terra”, não pode se sustentar, pois os próprios líderes sionistas tinham plena consciência da existência dessa comunidade árabe e os desafios daí advindos para seus objetivos (Cf. SHLAIM, 2004, p. 39 *et seq*). Apesar do surgimento de estudos que insistem em afirmar que os árabes da Palestina, durante o Mandato Britânico (1922-48), eram imigrantes ilegais sírios e transjordanianos, sendo, portanto, uma população flutuante e desenraizada, não condiz com estudos recentes sobre o panorama populacional do período⁴.

Por outro lado, se não podemos falar dos palestinos como nação, não podemos dizer o mesmo em relação à sua autoidentificação como palestinos, sob o aspecto local. Assim, cabe ressaltar que, apesar de estudos e discursos políticos que pretendem negá-la, podemos encontrar uma identidade local palestina presente antes mesmo da chegada dos primeiros sionistas. Porém, esta noção estava ligada a uma ideia de pertencimento ao lugar. Os árabes da Palestina pensavam-se como um grupo local e não nacional. Portanto, deve-se diferenciar adequadamente a identidade nacional e a identidade local palestina. Há uma diferença significativa entre as duas expressões. Enquanto a identidade local está ligada à posse e ao trabalho da terra e relacionada aos lugares sagrados da Palestina (cristãos e muçulmanos), a identidade nacional se caracteriza eminentemente pela percepção de que, como palestinos, constituem uma nação, conscientes da sua especificidade em relação ao mundo árabe, e com direito a um projeto político próprio, voltado para a constituição de um Estado moderno, soberano, com fronteiras definidas e reconhecido internacionalmente. É a base de um projeto político nacionalista.

A questão do pertencimento ao lugar encontra-se bem discutido na análise antropológica da ocupação dos espaços. Como diz Cleyde Amorim sobre as comunidades rurais tradicionais:

Nos estudos antropológicos, a ocupação do espaço aparece estreitamente vinculada não só com a reprodução biológica da vida humana, mas como reprodução das relações sociais e com a existência e a permanência das culturas. [...] A ideia de territorialidade afirma-se mediante uma história construída pelos grupos, que despojam a terra de seu valor mercantil para impingir-lhe uma gama de significados, aos quais seria mais adequado atribuir um valor simbólico e político. Tais grupos investem seus territórios de uma história singular, de uma especificidade, onde a memória, a tradição e as práticas sociais coletivas se cruzam e se interpenetram (AMORIM, 2000, p. 115).

Contudo, não só as comunidades rurais da Palestina possuíam essa noção de pertencimento ao lugar. Os cidadãos também nutriam este sentimento. Em termos religiosos, havia uma nítida concepção de pertencimento ao lugar, ligada à proximidade a importantes sítios simbólicos, tanto cristãos como muçulmanos, que não poderia ser compartilhada com, digamos, um muçulmano da Síria ou um cristão copta do Egito. A proximidade com lugares sagrados, espalhados por grande parte da Palestina, funcionava como diferenciador. A possibilidade do morador de Jerusalém de poder vislumbrar diariamente a cúpula da Rocha ou a Igreja do Santo Sepulcro e do morador de Hebron de poder ir com apenas alguns passos à Tumba dos Patriarcas são fatores importantíssimos para a diferenciação. Para os cristãos locais, a noção de Palestina ainda era mais evidente, pois a divisão eclesiástica do Patriarcado

Grego Ortodoxo, do Patriarcado Latino e a jurisdição do Episcopado Protestante englobavam toda a Palestina e não acompanhava as divisões administrativas otomanas (KHALIDI, 1997, p. 150).

Assim, tanto o sentimento de residência na “Terra Santa” (para cristãos e muçulmanos das cidades), quanto a ligação cultural tradicional com a terra dos ancestrais, no campo, ajudaram a população local a desenvolver uma concepção de que a Palestina era uma entidade distinta do restante do mundo árabe e a desenvolver um certo sentimento de pertencimento ao lugar. Porém, este era um sentimento local, não nacional.

Havia, portanto, a noção de pertencimento à categoria de identidade palestina no início do século XX – o termo “palestino” desde 1908 vinha cada vez mais entrando no vocabulário de uso geral (DOWTY, 2005, p. 66). Rashid Khalidi argumenta que os elementos que favoreceram o surgimento de um certo senso de ser palestino estava em seu princípio às vésperas da Primeira Grande Guerra. Porém, a identidade palestina ainda estava diluída nas identidades mais amplas, árabes e islâmicas (KHALIDI, 1997, p. 149). Para este autor,

Enquanto estudos sobre o nacionalismo palestino se concentraram em sua evolução nas décadas recentes, o fato é que os elementos da identidade palestina – particularmente os paroquiais e locais – estavam bem desenvolvidos antes dos eventos dramáticos de 1948, embora eles continuassem a se sobrepor e a se transformar antes e depois desta data. A existência de tais identidades locais não era peculiar à Palestina, evidentemente. Mas aí, e em outras áreas do mundo árabe, essas lealdades paroquiais funcionaram como pedra fundamental de ligação com o lugar, de amor ao país, e de patriotismo local – elementos cruciais para a construção do nacionalismo do estado-nação. (KHALIDI, 1997, p. 21).

Ou seja, no início do século XX, se o termo “palestino” era usado, ainda estava impregnado de significados eminentemente locais e não nacionais.

Tal constatação não é tão problemática quanto poderia parecer à primeira vista. Como argumenta Stuart Hall, as identidades não são homogêneas, estáticas, integrais, unificadas. Há sobreposições de identidades e os sujeitos as articulam de acordo com o contexto em que se encontram. Assim, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de **identificação**, e vê-la como um processo em andamento” [grifo no original] (HALL, 2005, p. 39). Entre os palestinos, havia uma sobreposição entre as identidades árabe, islâmica/cristã e palestina. Segundo o contexto, uma delas sobressairia e uma forma de identificação seria utilizada.

3 O desafio do movimento sionista: diferenciação e afirmação árabe

Antes de tudo, deve ser ressaltado que a diferenciação em relação ao contingente migratório judaico vindo da Europa ocorre no confronto com um movimento político e não com uma etnia ou um grupo religioso. O conflito que se inicia decorre de uma oposição da população árabe (muçulmana e cristã) que habitava a região contra o movimento sionista, não contra os judeus, considerados sob os aspectos étnico e religioso. Até 1882, a população de judeus na Palestina era minoritária, mas sempre presente⁵. A convivência entre árabes e judeus não possuía eventos de hostilidade significativa. Portanto, não podemos concordar com uma afirmação frequente de que o conflito entre árabes e judeus é milenar (alguns chegam a afirmar que a disputa remonta a Isaac e Ismael). Não podemos afirmar que a relação entre judeus e muçulmanos era totalmente amistosa, mas entre a população de Jerusalém do século XIX, as relações entre os habitantes eram muito mais complexas do que normalmente se afirma: as relações eram tensas entre judeus ashkenazim e sefardim; amistosas entre judeus e muçulmanos do bairro do Magreb; hostis entre cristãos das várias denominações; e péssimas entre cristãos e judeus (ARMSTRONG, 2000, p. 397).

Além disso, os judeus gozavam de *status* de “Povo do Livro” no interior do Império Otomano, que se pretendia sucessor do califado, tendo direito a visitar o Muro das Lamentações livremente. O sultão Solimão, o Magnífico (1520-66), chegou a expedir um edito permitindo aos judeus que fizessem suas orações onde quisessem (ARMSTRONG, 2000, p. 375). Ademais, os judeus tinham um tratamento muito diferente do recebido na Europa, surpreendente para muitos que visitavam a Palestina. Tanto que em 1523 os judeus de Jerusalém rejeitaram um jovem que se dizia Messias, temendo por sua situação no interior do Estado Otomano (ARMSTRONG, 2000, p. 373). E quando os judeus foram expulsos da península Ibérica, muitos deles rumaram para o interior do Império Otomano.

Porém, no início do século XX, essa convivência mudaria radicalmente. Os judeus até então habitavam a Palestina enquadrados no estilo de vida local e no interior das instituições reconhecidas como legítimas: as otomanas e as locais. Mesmo a primeira leva de imigrantes de 1882 não despertou uma animosidade mais séria entre os árabes da Palestina. No entanto, a partir do Congresso de Basileia, em 1897, e posteriormente, no início da segunda onda de migrações, em 1904, quando os “pioneiros socialistas” se propunham a criar uma sociedade diferente, com organização social e ideologia europeias, a questão se alterou radicalmente e os árabes rapidamente identificaram o sionismo com o colonialismo europeu.

Os sionistas chegavam à Palestina pretendendo criar uma outra sociedade. Como indicador desta proposta, o movimento sionista procurou construir o seu idioma nacional, o hebraico, que fez reviver depois de séculos como língua morta. Na verdade, uma parte importante dos sionistas fazia questão de ressaltar a diferença: eles se viam como um grupo de pessoas civilizadas, portadoras do progresso, ao contrário dos árabes, orientais e retrógrados. Theodor Herzl já enfatizava o Estado judeu como “baluarte da Europa contra a Ásia e a vanguarda da civilização em oposição à barbárie” (HERZL, 1988, p. 96). Posteriormente, Vladimir Jabotinsky chegou a afirmar: “nós, judeus não temos nada em comum com aquilo que significa ‘Oriente’ e agradecemos a Deus por isso” (*apud* SHLAIM, 2004, p. 49). Por fim, com as imigrações sionistas, emergia uma sociedade paralela à pré-existente. E, para alojar as levas de novos habitantes, seria necessário obter um recurso escasso na Palestina: terra.

Com efeito, inicialmente, o principal motivo de discórdia era a terra. Como diz François Massoulié, “para os povos do Oriente Médio o conflito se resume a esse dado fundamental: a ocupação efetiva, simbólica e política por um grupo humano de um território já habitado por outro grupo humano” (MASSOULIÉ, 1996, p. 47). Assim, nesse período, a luta contra o movimento sionista, conduzida por pessoas que se identificavam eminentemente como árabes, tem como mote a questão da terra. Os judeus, com objetivos políticos, compravam terras de proprietários residentes nas cidades, na intenção de iniciar a construção de seu “lar nacional” na região. Embora esta nova sociedade estivesse localizada no interior da sociedade árabe, era paralela à sociedade árabe local, do ponto de vista social e político.

No início do século XX, esse processo provocou o temor da população local de que a “maré” judaica pudesse “inundar” a Palestina descaracterizando-a como localidade árabe. Oriundas principalmente da inquietação no campo, as condenações ao movimento sionista eclodiam com maior veemência à medida que a imigração aumentava (KHALIDI, 1997, p. 121). Porém, ainda muito diluído no nacionalismo árabe, mais alargado, esse sentimento não pode ser considerado um “protonacionalismo”; era uma expressão de temores locais, referentes à posse e ao uso de terra. A percepção de que isso traria repercussões políticas de maior vulto ainda era muito incipiente. E, portanto, a noção de que os palestinos se constituíam como um grupo nacional era inexistente.

A documentação do período deixa claro esse aspecto. Em 1908, com a reforma de tendência liberal empreendida pelo governo otomano, foi aprovada uma legislação que permitia liberdade de imprensa. Assim, a censura foi aliviada e diversos jornais em todo o mundo árabe emergiram e muitos deles traziam em seus editoriais críticas ferozes ao

sionismo. Os principais foram: *al-Karmil*, *Filastin* e *al-Muqtaba*. A expressiva maioria desses textos se dedicava a demonstrar a gradativa passagem de terras árabes para compradores sionistas. Todos eles alertavam para o fato de que, a continuar a venda de terras para os colonizadores sionistas, no futuro todo o “país” estaria em mãos judaicas e os árabes estariam “piores do que um órfão em uma mesa de um sovina” (*apud* KHALIDI, 1997, p. 128). O cerne do discurso ainda era arabista e não palestino.

Antes disso, em 1891, líderes árabes de Jerusalém já temiam a passagem de terras de árabes para os sionistas. Enviaram um telegrama para o Grão-Vizir⁶, a quem pediam para “proibir os judeus de entrar na Palestina e de ali comprar terras” (*apud* MASSOULIÉ, 1996, p. 51). Posteriormente, o deputado de Jerusalém no Congresso Otomano, Rushi al-Khalidi, falando à imprensa judia em 1909, afirmava que não era contrário à imigração individual de judeus. Porém, construir colônias era outra questão. O argumento que ele utiliza é elucidativo: “**nós** não tomamos nada dos judeus. **Nós** conquistamos estas terras dos bizantinos, não dos judeus” [grifo meu]. O “nós” em pauta se refere à coletividade árabe. Ou seja, a principal identidade a fazer o contraponto à identidade judaica era a árabe muçulmana. Quem conquistou a Palestina, retirando-a dos bizantinos em 638 foram os exércitos muçulmanos oriundos da península arábica. Podemos perceber, claramente, o círculo de lealdade predominante no momento: árabe-muçulmana (DOWTY, 2005, pp. 66-7). E embora já surja nesse período algumas advertências com preocupações políticas, o cerne do problema continua a ser a terra.

No entanto, com a eclosão da Primeira Grande Guerra, as circunstâncias se alteram. Em 1917, no que ficou conhecido como Declaração Balfour, Lorde Artur Balfour enviou uma carta à Organização Sionista Mundial afirmando que a Grã-Bretanha apoiaria o estabelecimento de um “lar nacional” judeu na Palestina. A partir daí, levantam-se vozes alertando para os objetivos de longo prazo do movimento sionista. Assim, com o apoio explícito da Grã-Bretanha e como os imigrantes judeus eram de origem europeia, e imbuídos do pensamento progressivista e cientificista, alguns líderes árabes identificavam o estabelecimento judaico na Palestina como um movimento aos moldes do imperialismo europeu. Porém, para eles, o colonialismo judeu era ainda pior. O representante palestino afirmava no Congresso Sírio em 1919 que o colonialismo sionista era pior do que o francês no Líbano, pois enquanto os franceses sabiam que eram estrangeiros, os sionistas acreditavam estar em casa na Palestina (MASSOULIÉ, 1996, p. 45).

Assim, esse é um evento chave para a construção da identidade nacional palestina. A terra deixa de ser o centro dos ataques ao sionismo. A preocupação começa a recair sobre o

projeto político sionista de construção de um Estado judeu. Dessa forma, o processo de diferenciação **nacional** palestino, em relação ao movimento sionista, se inicia nesse período como contraponto à Declaração Balfour, que se tornou um documento de legitimação da construção do Estado sionista na Palestina. Isso criou uma tendência, ainda que incipiente, entre os palestinos a se enxergarem como uma nação, oposta a outra nação.

No entanto, tal percepção não era unânime no mundo árabe. Entre os principais líderes árabes, para confrontar a ideia de um Estado judeu, não se constrói a ideia de um Estado palestino, mas um Estado que englobaria os territórios que hoje são Síria, Líbano, Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza (alguns projetos incluíam a Transjordânia). O projeto árabe majoritário era o da “Grande Síria”. Assim, havia dois vetores surgindo entre os árabes: um favorável à emergência do nacionalismo palestino e um contrário.

Deve-se ressaltar que este é um debate comum na questão da identidade. Sendo produto de relações sociais, a identidade frequentemente está envolvida em um conflito entre a identidade que os próprios sujeitos se atribuem e a identidade que outros lhe atribuem. Há, portanto, um constante conflito para um grupo se afirmar portador de uma identidade específica, já que vários outros atores, com outros interesses, estão envolvidos.

Percebemos indícios desta contenda nos documentos produzidos pelos líderes árabes. A resolução adotada pelos nacionalistas árabes no Congresso Geral Sírio, em 1919, e enviado para a Comissão King-Crane⁷, condenava as aspirações sionistas nos seguintes termos:

nós nos opomos às pretensões sionistas de criar uma *Commonwealth* judaica na **parte sul da Síria, conhecida como Palestina**, e nos opomos à migração sionista para qualquer parte do nosso país, pois nós não reconhecemos seu direito, mas consideramos um grave perigo para nosso povo, do ponto de vista nacional, econômico e político. Nossos compatriotas judeus desfrutarão de nossos direitos comuns e assumirão responsabilidades comuns (*apud* GETTLEMAN; SCHAAR, 2003, pp. 172) [grifo meu]

Ou seja, a “Palestina” é reconhecida apenas como uma área, uma região, uma parte da Síria. Assim, a resolução indicava que a independência almejada pelos líderes árabes era a independência da Síria, não da Palestina: “nós exigimos a completa independência política para a Síria”. No Congresso Geral Sírio, os delegados da Palestina participaram na posição de representantes regionais, da mesma forma que o Líbano. Ambas as regiões, Líbano e Palestina, seriam parte da Grande Síria. A Palestina não se diferenciava da “Nação Síria”, era parte integrante dela.

Da mesma forma, o acordo Faisal-Weizmann se referia ao Estado Árabe e à Palestina Judaica. Não havia qualquer referência no documento aos árabes residentes na Palestina como “palestinos”. O acordo propunha o respeito aos direitos civis, políticos e religiosos dos

“camponeses e arrendatários árabes” da região⁸. Já a Comissão King-Crane, citando o princípio de autodeterminação tal qual formulado por Woodrow Wilson, se referiu à autodeterminação das “populações árabes da Palestina” e às populações “não-judaicas” da área. Não havia menção ao termo “palestino”⁹. O mesmo se pode dizer da Declaração Balfour, que diz que os direitos civis e religiosos da “população não-judaica” devem ser respeitados¹⁰.

Enfim, todas essas citações, árabes e não árabes, apontam para o fato de que, nesse período, o contraponto à identidade judaica era a identidade árabe e os palestinos ainda não eram percebidos por como grupo nacional. Porém, esses documentos não podem ser tomados hoje pelo historiador simplesmente como uma comprovação de que não havia pessoas no período que se entendiam como nacionais palestinos. É preciso inserir essa documentação em seu contexto histórico e analisá-los sob a ótica de que são também práticas discursivas. A maioria dos autores dos documentos (árabes e não-árabes) possuía pretensões sobre a Palestina. Nomeá-la explicitamente poderia significar fortalecer o senso de identidade local, que poderia se tornar uma identidade nacional, exatamente no momento em que as fronteiras estavam sendo delimitadas e Estados sendo construídos. Essa preocupação fica clara na própria resolução do Congresso Sírio: “Nós nos opomos a todo e qualquer desmembramento da Síria e não aceitamos que a Palestina ou as regiões costeiras do Oeste do Líbano sejam separadas da mãe-pátria” (*apud* MASSOULIÉ, 1996, p. 39). Estava claro que esta fala não se direcionava apenas aos sionistas e aos os cristãos libaneses protegidos pela França. Era também um aviso a movimentos árabes no interior da “Grande Síria”, entre eles, o palestino. Essas tensões entre os interesses locais e regionais seriam de fundamental importância no futuro na luta palestina (assim como libanesa) pela diferenciação e afirmação perante o mundo árabe. Porém, antes, é importante observar o contexto do pós-Primeira Guerra para entendermos que o desenho das fronteiras tem muito a dizer sobre a construção da identidade nacional palestina.

4 As fronteiras

Quem observa o mapa do Oriente Médio anterior à Primeira Grande Guerra, quando a região ainda estava sujeita ao domínio do Império Turco Otomano, observa que a Palestina como concebemos hoje possuía fronteiras bem diferentes das atuais. A área era dividida em três partes: o *sandjak* de Acre, o *sandjak* de Nablus (sujeitos à jurisdição do *vilayet* de Beirute) e o *sandjak* “livre” de Jerusalém¹¹. Esse fato algumas vezes é utilizado para

comprovar que, como não havia uma definição territorial específica à Palestina, era impossível alguém se pensar como palestino. No entanto, essa questão deve ser problematizada. Rashid Khalidi argumenta que a Palestina, já desde o século XIX, estava no centro de discussões a respeito de suas fronteiras e sobre a jurisdição. Segundo o autor, antes do século XIX, os otomanos haviam criado na Palestina uma esfera administrativa sob o nome *Filastin*, que englobava Jerusalém e os arredores.

Na verdade, o termo “Palestina” é muito antigo. Originou-se da província romana *Palaestina*, termo que substituiu o nome da província da Judeia (Iudaea) após a segunda revolta judaica¹² (132-5 E.C). Com o domínio muçulmano e o fim do controle bizantino, a região recebeu o nome de *Filastin*, sendo uma das divisões militares e administrativas (*Jund*) dos califados omíada e abássida (LEV, 2006, p. 590). Dessa forma, ainda que o termo não tenha sido utilizado pelos governos mameluco e otomano, podemos ver que a região já possuía desde tempos antigos a referência à *Filastin* (nome da Palestina na língua árabe).

Certamente esta noção de *Filastin* contribuiu para criar entre os habitantes árabes da Palestina uma percepção de pertencimento a um lugar, mais amplo que o espaço da vila ou da cidade. Isso não se alterou com as mudanças administrativas otomanas, pois apesar da divisão em três *sandjaks*, a Palestina continuou gozando de um *status* diferente, expresso na manutenção do *sandjak* livre de Jerusalém, subordinado diretamente a Istambul. Em 1908, uma recomendação do Parlamento Otomano trazia uma proposta de elevar a Palestina à categoria de Província, por ser fundamental para seu “progresso” (KHALIDI, 1997, p. 152).

Contudo, apesar da ampla percepção de que havia uma região chamada Palestina, o território não era precisamente definido. Esse fato tornou-se bastante problemático para os vencedores da Primeira Guerra. Em dezembro de 1918, após o fim da Guerra e ocupação da Palestina pelas tropas britânicas, o Gabinete Imperial de Guerra da Grã-Bretanha manifestou preocupação com essa ausência de um delineamento territorial preciso e afirmou que um “esforço deve ser realizado na Conferência de Paz [Paris, janeiro de 1919] para assegurar um equitativo reajustamento das fronteiras da Palestina, ao Norte, ao Leste e ao Sul”.¹³

E foi exatamente o que o sistema de Mandatos realizou ao fim da guerra no Oriente Médio, baseado no acordo Sykes-Picot, após o desmantelamento do Império Turco Otomano. Na divisão do espólio do “velho doente da Europa”, agora morto, a Grã-Bretanha e a França delinearam as fronteiras do Oriente Médio quase idêntico ao visto hoje. E, em 1922, com o Mandato oficialmente conferido pela Liga das Nações à Grã-Bretanha, a Palestina passou a deter uma configuração territorial, juridicamente definida, separada da Síria.

O Mandato Britânico da Palestina forneceu uma forma de “quase-Estado” a uma região que era vista até então apenas como uma parte do mundo árabe. A Palestina agora possuía fronteiras definidas (embora sob disputa por duas comunidades), uma bandeira, um instrumento jurídico (similar a uma Constituição) e um governo (mesmo que estrangeiro). Ou seja, ainda não era um Estado soberano, no sentido moderno, mas possuía uma moldura semelhante à estatal.

Os limites territoriais ainda não se encontravam completamente definidos, pois a Palestina englobava também a Transjordânia. Esse fato é por vezes utilizado para argumentar que o território palestino como entidade distinta era inexistente e, portanto, o conceito de “palestino” era também inexistente. Contudo, a questão da demarcação do território era algo relacionado à disputa da Grã-Bretanha com a França, pois apesar do território do Mandato ser mais alargado, estava bastante claro para as autoridades britânicas que a Palestina possuía sua especificidade. No artigo 25 do Mandato, há uma nítida separação entre a Palestina e a Transjordânia. Eis o que o documento tem a dizer sobre a Transjordânia:

Nos territórios situados entre o rio Jordão e a fronteira Leste da Palestina, tal como determinada em definitivo, o Mandatário será autorizado, com o consentimento do Conselho da Liga das Nações, a adiar ou suspender a aplicação das provisões deste Mandato se as considerar inaplicáveis às condições locais existentes, e a utilizar tais provisões para a administração dos territórios se as considerar convenientes àquelas condições.¹⁴

Além disso, o primeiro dispositivo legal após o Mandato ser estabelecido também esclarece a este respeito. O documento *The Palestine Order in Council* prevê em seu artigo 86 que este dispositivo não se aplica aos “territórios a leste do rio Jordão e do mar Morto”¹⁵.

Portanto, o governo mandatário reconhecia condições locais específicas às duas regiões sob sua administração. Logo, percebemos o quanto a Palestina já era vista como uma área distinta no interior do “Mandato da Palestina”. Porém, se essa percepção de especificidade, em conjunto com a delimitação de fronteiras, foi um passo significativo, ainda mais importante foi a autonomia concedida à Transjordânia, em 1923, isolando a Palestina de sua irmã territorial. Em 1924, o segundo relatório do Mandato já traz o título: “Relatório do Governo de Sua Majestade Britânica sobre a administração sob Mandato da Palestina e da Transjordânia”. Esse ponto foi importantíssimo na trajetória de construção da identidade nacional palestina, pois a Palestina passou a ser juridicamente tratada como uma área territorial específica e, assim, sua população passou a ser vista como específica a esta nova entidade governamental.

Com efeito, Rashid Khalidi aponta para as fronteiras fluidas entre as regiões árabes sob controle otomano, o que provocava a sobreposição das identidades. Antes do Mandato Britânico, um indivíduo árabe-otomano da região era genericamente chamado de “sírio”, mas hoje, inserindo-os nos territórios que habitam, teríamos de chamá-los de “palestinos”, “libaneses” e, só eventualmente, de “sírios” (KHALIDI, 1997, pp. 121-2). Ou seja, até o fim da Primeira Guerra seria difícil demarcar nacionalidades em um período em que fronteiras (ao mesmo tempo territoriais e mentais) não existiam. Embora já presente a ideia de uma localidade denominada “Palestina”, esta era vista como uma região árabe do Império Otomano e que, com a independência dos árabes, seria englobada na “Grande Síria”.

Ernest Gellner afirma que há um “princípio do nacionalismo”, segundo o qual as fronteiras da nação devem coincidir com a fronteira da unidade política. Ou seja, para cada nação, um Estado. Gellner diz também que muitos movimentos nacionalistas reivindicavam independência no interior das fronteiras delimitadas pelo próprio colonizador. Assim, até o Mandato Britânico ser estabelecido, a Palestina não poderia ser definida como uma pleiteante a ser um Estado, pois faltava-lhe as fronteiras no interior da qual seria abrigada a nação. Como outros movimentos nacionalistas, aquele que começava a se levantar na Palestina necessitava de uma base territorial para a qual reivindicar independência. Como já mencionado, Benedict Anderson demonstra que o nacionalismo pressupõe um limite, uma fronteira que explicita os de dentro e os de fora. Nenhum movimento nacionalista pressupõe englobar o mundo inteiro: ele é limitado. E tais limites são tanto geográficos como mentais. Esses dois limites estavam postos no início da década de 1920. A partir de então, vemos se fortalecer cada vez mais a ideia de uma “nação palestina”. A luta, doravante, seria tanto contra o movimento sionista, como para fazer valer sua especificidade em relação ao mundo árabe.

5 A diferenciação em relação ao mundo árabe

O processo de diferenciação em relação ao mundo árabe é fruto de um incessante trabalho levado adiante pelo movimento político palestino. Observar a trajetória¹⁶ desse movimento nacionalista pode nos auxiliar a entender a afirmação da identidade nacional palestina. Evidentemente, a prática política não se resume aos atos levados adiante pelos “políticos profissionais”, pois envolve também os intelectuais, os estudantes, os guerrilheiros (seguindo ou não uma liderança política) e a população comum em sua rotina. Quanto aos palestinos, há casos em que o mesmo sujeito era intelectual e ativista político, como Edward

Said e Mahmoud Darwish, e casos em que a população comum agiu com mais proeminência do que seus líderes, como na primeira Intifada, em 1987. No entanto, a abordagem seguida aqui será voltada para observar o movimento político, com orientação claramente nacionalista, buscando o estabelecimento do Estado palestino através de suas lutas, pacíficas ou violentas. Serão abordados pontos nesta trajetória que possam iluminar esse processo. Evidentemente, a apresentação da trajetória não deve ser entendida como uma simples cronologia dos principais eventos da luta política palestina, mas de momentos chave, em que o movimento nacionalista teve de adotar medidas de afirmação – avançando – ou revendo seus fundamentos – recuando. Ou seja, momentos decisivos, favoráveis ou desfavoráveis, que demandaram profundas reflexões e estratégias de ação específicas a cada contexto. Em suma, não se trata de um movimento linear, progressivo, mas de uma trajetória complexa, pontuado por idas e vindas.

Alguns autores tendem a afirmar que o nacionalismo palestino, de forma coerente, nasceu em 1948, como resultado da desestruturação da sociedade anterior, causada pela criação do Estado de Israel, e a expulsão de diversos setores da sociedade palestina (DEMANT, 2002, p. 234). Já pudemos observar que as condições para o surgimento de uma identidade nacional já estavam presentes no início da década de 1920, com o estabelecimento do Mandato Britânico e com a consequente construção de fronteiras. De fato, em 1920, palestinos já se reuniam em associações cristãs-islâmicas que pleiteavam um Estado palestino independente (MASSOULIÉ, 1996, p. 56). Além disso, as revoltas de 1921 (ocorrida na cidade de Jaffa), de 1922 e de 1929 já possuíam como fundamentos sentimentos nacionalistas (GRINBERG, 2000, p. 106; MASSOULIÉ, 1996, p. 58).

Podemos ver essa percepção nacionalista no relatório do General C. D. Brungton, da Inteligência Britânica na Palestina, sobre os distúrbios de Jaffa em 1921. O autor do documento diz que dentre os motivos alegados para a revolta estavam: a não participação de árabes no governo do país; a recusa dos britânicos em dar o autogoverno para a Palestina, já que havia sido dada aos “nômades da Transjordânia”; e o uso da bandeira sionista na Palestina. Podemos perceber que são demandas com conteúdos nacionalistas¹⁷.

No entanto, reivindicações nacionalistas mais explícitas podem ser vistas somente em 1929. Na primeira metade deste ano, os palestinos buscaram junto ao Alto Comissário britânico para a Palestina uma participação no governo do “país”. Segundo John Chancellor, representantes do Congresso Árabe, diante da concessão do direito a uma Constituição no Iraque e na Transjordânia, reivindicaram um governo representativo para si na Palestina¹⁸.

Além disso, durante os inquéritos sobre os distúrbios de 1929, vemos emergirem afirmações que possuíam claras conotações nacionalistas, pois, segundo o relatório do Mandato para o ano de 1929, os líderes árabes, ao elaborarem sua defesa, “levantaram questões relacionadas à política sobre como a Palestina deveria ser administrada e sobre a participação do povo no governo do país”¹⁹. E a conclusão do Relatório da Comissão britânica encarregada de investigar os distúrbios de 1929 traz uma afirmação elucidativa:

é nossa crença de que o ressentimento entre o povo árabe da Palestina é consequência de seu desapontamento por causa do contínuo fracasso em obter qualquer medida de autogoverno. Essa foi a causa da recente revolta e é um fator que não pode ser ignorado na análise dos passos a serem tomados para evitar tais levantes no futuro.²⁰

Assim, pelas demandas de autogoverno dos líderes árabes palestinos, podemos perceber que esse nacionalismo era “palestino”, voltado para a construção de um governo no território da Palestina como concebemos hoje, isolado da Transjordânia e não mais ligado a uma ideia de nação árabe ou “Grande Síria”.

Externamente, vemos também surgir a percepção de que os palestinos constituíam um grupo nacional. Em 1922, Winston Churchill advertia o governo britânico sobre o fato de que “o povo palestino não admitirá jamais que uma organização externa, seja qual for, se arrogue o direito de despojá-lo de sua terra e ameaçar sua existência econômica e política” (*apud* MASSOULIÉ, 1996, p. 55).

A percepção britânica dos palestinos como grupo nacional aumentou ao longo da década de 1930 e chegou ao ápice em 1937. Em 1936, com a deflagração de grande revolta, o governo britânico elaborou uma comissão para estudar a “Questão da Palestina” e propor soluções, conhecida como Comissão Peel. Uma das conclusões apontadas pelo relatório da comissão, enviado à Liga das Nações em 1937, dizia:

Um incontrolável conflito emergiu entre **duas comunidades nacionais** no interior das estreitas fronteiras de um pequeno país. Não há acordo entre eles. Suas aspirações nacionais são incompatíveis. Os árabes desejam reavivar as tradições da era de ouro árabe. Os judeus desejam demonstrar o que eles podem realizar quando retornarem à terra na qual a nação judaica nasceu. Nenhum dos dois **ideais nacionais** permite uma colaboração a serviço de um único Estado²¹. [grifo meu]

Assim, a solução apontada foi a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e outro árabe. Ou seja, a comunidade internacional, em 1937, reconhecia os palestinos como uma comunidade nacional. Porém, entre os palestinos, esta identificação enquanto

nacionalidade ainda tinha de vencer a identificação islâmica. Tanto é que a grande revolta de 1936-9 foi liderada pelo *mufti*²² Hajj Amin al-Husseini, que embora explorasse a insatisfação nacional palestina, possuía como fundamento um ideário islamista (defendendo a *umma*, a grande “nação” muçulmana).

Mas em 1948, um acontecimento de grandes proporções impulsionou a consciência nacional palestina: a criação do Estado de Israel, que não teve como contrapartida o Estado árabe da Palestina. A *nakba*, catástrofe ou tragédia – como ficou conhecida entre os palestinos a fundação de Israel –, criou uma questão incendiária para o sentimento nacionalista palestino. Diferentemente de todas as outras nações em seu entorno, os palestinos foram os únicos que permaneceram sem conseguir sua condição de Estado.

Ainda que possamos constatar que o nacionalismo palestino não nasceu em 1948, esta data marca um dos momentos mais dramáticos para os palestinos. Com o agravamento do conflito intercomunitário na década de 1940 e após a Primeira Guerra Árabe-Israelense, entre 1948 e 1949, emergiu um imenso contingente de refugiados que se dirigiu aos países vizinhos ou para campos de refugiados na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, que passaram a ser os territórios controlados por Estados árabes – a primeira pelo Egito e a segunda, inclusive Jerusalém Oriental, pela Jordânia²³. Vivendo em campos de refugiados fora da Palestina, se fortaleceu entre os palestinos a ideia de serem diferentes daqueles árabes habitantes dos países que os abrigavam. Nestes lugares eles se viam como estrangeiros e um sentimento de nostalgia, a saudade da pátria, se instalou entre eles.

Além disso, os acontecimentos de 1948-1949 criaram entre os palestinos a percepção de que os sionistas não eram seus únicos adversários políticos. Para os Estados árabes que invadiram o Estado judeu um dia após ele ser declarado – Egito, Transjordânia, Líbano, Síria e Iraque –, a Palestina era ainda vista como uma terra árabe e não como o território sobre o qual seria construído um Estado palestino. Aliás, a derrota sofrida pelos árabes pode ser creditada em grande parte à sua desunião, cada qual buscando sair vitorioso em suas contendas internas. A Transjordânia nutria esperanças de conquistar a parte árabe da Palestina (que havia sido destinada aos árabes no Plano de Partilha de 1947) e incorporá-la à sua monarquia, enquanto a Síria não havia deixado de pensar na “Grande Síria”.

Dessa forma, após o estabelecimento do Estado de Israel, os palestinos, para conseguirem seu Estado, precisaram combater também os governantes dos países árabes. Porém, isso só seria alcançado através de um projeto político e de ações contundentes de afirmação de identidade, demonstrando para os demais países árabes – e também para a

comunidade internacional – que, enquanto pertencentes a uma nação, tinham direito a um Estado próprio.

Logo após a guerra de 1948-1949, ainda não era o que ocorria. Os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e os expulsos de suas vilas que agora ficavam no interior do Estado de Israel, empreendiam ações guerrilheiras para reaverem bens ou tentar recuperar seus imóveis e terras. Sem articulação, esses guerrilheiros – constituídos pela figura do *fedayeen*, “aquele que se sacrifica” – não buscavam impactos políticos de maior vulto, preocupando-se com questões pontuais.

Essa condição permaneceu basicamente a mesma na década de 1950. Porém, em 1959, ocorreu um outro ponto chave na trajetória do movimento político palestino. No Kuwait, foi criado o *Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastin* (Movimento de Libertação Nacional da Palestina), o Fatah, sob a liderança de Yasser Arafat, Abu Jihad e Abu Yiad. A isso seguiu-se a fundação de outros grupos políticos e braços armados com o objetivo de “libertar” toda a Palestina. Surgiu assim uma grande diversidade de grupos, orientados por várias tendências políticas. A Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), de tendência marxista, enxergava os palestinos como a vanguarda revolucionária do Oriente Médio, pretendendo desencadear a revolução socialista por toda a região. Também seguindo orientação marxista, surgiu na década de 1960 a Frente Democrática e Popular para a Libertação da Palestina (FDLP). Havia ainda muitos outros, dentre os quais a al-Saika, ligada ao governo Baathista da Síria.

Contudo, o movimento nacionalista palestino ainda carecia do poder de influenciar os acontecimentos. Os líderes palestinos ainda eram dependentes dos Estados árabes, o que era extremamente problemático, pois os governantes árabes possuíam seus próprios projetos para si e para a Palestina, importando-se mais com seus próprios interesses. Preocupados com o avanço independente de grupos palestinos, os governantes dos países árabes, sendo o mais proeminente deles o líder egípcio Gamal Abdel Nasser, tentaram unir em uma única organização os diversos grupos palestinos. Criaram, em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Ainda nesse momento, os palestinos tentavam se organizar como grupo nacional, pois embora reconhecidos por muitos como tal, os próprios países árabes buscavam minar o nacionalismo palestino. Nasser, inspirado pelo ideal pan-arabista, tentava criar uma grande república árabe, que parecia estar a caminho quando Egito e Síria se uniram e formaram a República Árabe Unida (RAU). Porém, a RAU teve vida curta, de 1958 a 1961. Já a Monarquia Hachemita da Jordânia, sempre tentou manter o controle da Cisjordânia, buscando se estabelecer como a guardiã dos lugares santos de Jerusalém, já que

Meca e Medina estavam sob controle de seus adversários sauditas. Dessa forma, os palestinos deveriam se esforçar para afirmar sua identidade nacional e como tal, pleitear um Estado independente.

A Guerra dos Seis Dias, em 1967, marca um novo rumo para o nacionalismo palestino. Israel, em uma vitória fulminante, derrotou três adversários árabes em menos de uma semana, chegando a destruir praticamente toda a aviação egípcia em solo. Com a vitória, Israel ocupou a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e a Faixa de Gaza. A “Palestina histórica”, como ficou conhecida a Palestina delimitada pela fronteira do Mandato Britânico, estava totalmente sob controle israelense. O Plano de Partilha de novembro de 1947 estava totalmente enterrado. As Forças de Defesa de Israel ocuparam também a península do Sinai (devolvida ao Egito após os acordos da cúpula de Camp David, ocorrida em 1978) e as colinas de Golan, no sudoeste da Síria, ainda sob disputa. Se os países árabes ainda tinham alguma legitimidade na defesa dos palestinos, por serem Estados modernos, dotados de Forças Armadas, a Guerra dos Seis Dias arranhou esta reputação de forma irreversível. Os palestinos, mais do que nunca, perceberam que deveriam lutar por si mesmos.

A comunidade internacional se posicionou ao fim da guerra de forma ambígua: a Resolução 242, de novembro de 1967, condenava a aquisição de territórios pela guerra, mas não citava nominalmente os palestinos, referindo-se a eles apenas como “refugiados”²⁴. Ou seja, os palestinos ainda viam sua nacionalidade ameaçada no cenário mundial. A principal força internacional aliada aos árabes, a União Soviética, estava mais preocupada com a humilhação de seus aliados – e por extensão sua própria – do que com os palestinos.

Porém, no ano seguinte, os palestinos deram um passo importantíssimo para se tornarem relevantes na cena política regional. Em março de 1968, forças israelenses tentaram dismantelar um foco guerrilheiro ligado ao Fatah próximo a Nablus, na Cisjordânia. Ao chegarem, as Forças de Defesa de Israel foram surpreendidas pelos palestinos, sendo repelida, no episódio que ficou conhecido como Batalha de Karameh. Apesar de toda uma mitologia construída sobre esse acontecimento, a sensação de vitória proporcionada pela batalha fez crescer enormemente a popularidade do Fatah, que passou a receber grandes contingentes de voluntários. E, em 1969, o fortalecido Yasser Arafat assumiu a presidência da OLP, que passou a representar não os governantes dos Estados árabes, mas os palestinos. Doravante, a OLP funcionaria como uma espécie de entidade governamental que iria compor o futuro Estado. Como nos diz François Massoulié sobre a OLP:

Seu comando central, agora maciçamente financiado pelos Estados árabes [...], logo se torna a organização de libertação nacional mais rica e poderosa do mundo. Ao longo dos anos ela adquire uma estrutura que é quase um Estado. O Conselho Nacional Palestino (CNP), que elege seu comitê executivo, funciona como um parlamento no exílio: nele estão representadas as organizações armadas, os grupos sócio-profissionais e as comunidades palestinas dos cinco continentes. A OLP, que se orgulha de ser a única organização democrática do mundo árabe, torna-se uma enorme burocracia que abrange numerosos departamentos, desde a Saúde (a Lua Crescente Vermelha, equivalente à Cruz Vermelha) até os Assuntos Estrangeiros. Falta-lhes apenas o território... (MASSOULIÉ, 1996, pp. 92-3).

No entanto, o caminho não seria fácil. Os palestinos, agora reunidos em uma entidade sólida e ganhando visibilidade internacional, deviam enfrentar a inimizade dos países árabes em que viviam, em grande parte pela estratégia de utilizar a violência para obter publicidade e para alcançar objetivos políticos pontuais – o que trazia as represálias de Israel. Mas também por se envolver nos negócios internos dos Estados hospedeiros. Muitos conflitos ocorreram entre os Estados árabes e os palestinos, considerados fontes de problemas, estabelecidos em áreas vistas, no Líbano e na Jordânia, como “Estados dentro do Estado”. No pior confronto, ocorrido em 1970, a FPLP tentou desfechar uma revolução contra a monarquia Hachemita na Jordânia. No episódio conhecido como Setembro Negro, quase quatro mil palestinos foram mortos e expulsos, a maioria dos quais rumou para o Líbano. E, neste país, participaram ativamente da Guerra Civil que ocorreu entre 1975 e 1990, tendo os campos de refugiados sido constantemente atacados por libaneses inimigos. Em 1984, forças libanesas cristãs maronitas fizeram uma incursão nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, franqueados pelo exército de Israel, e cometeram um verdadeiro massacre.

Dessa forma, as lutas entre palestinos e israelenses e entre palestinos e países árabes moldaram a identidade nacional palestina. Como afirmou o poeta palestino Mahmoud Darwish: “Descobrimos o quanto já nos tornamos árabes nas prisões israelenses; descobrimos o quanto já nos tornamos palestinos nas prisões árabes...” (*apud* MASSOULIÉ, 1996, p. 97).

Politicamente, a década de 1970 exigiu de Arafat uma reflexão sobre os rumos da luta palestina. Após a morte de Nasser, em 1970, assumiu a presidência do Egito Anuar al-Sadat, que a princípio parecia seguir a linha de seu antecessor. Porém, gradativamente, Sadat buscou se afastar dos soviéticos, aliados de Nasser, e tentou uma aproximação com Israel. Em 1974, se iniciaram contatos entre Cairo e Tel Aviv para acordos relacionados à divisão de tropas na península do Sinai, que culminou com os acordos de Camp David em 1978. Sentindo-se enfraquecido sem o apoio do Egito, até então o principal adversário de Israel, Arafat decidiu empreender uma luta mais política do que militar. Em 1974, Arafat conseguiu uma vitória

importante para dar legitimidade política às reivindicações palestinas. Conseguiu espaço na tribuna da Organização das Nações Unidas para apresentar suas demandas. Ao fim de um longo discurso, Arafat demonstrou sua mudança de atitude. Dizia que estava segurando em uma das mãos um ramo de oliveira e na outra uma arma. E terminou repetindo diversas vezes: “não deixem o ramo de oliveira cair da minha mão”²⁵. Arafat, assim, emitia uma mensagem significativa para a comunidade internacional: estava disposto a seguir um caminho político, mas se este falhar, não hesitaria em lutar através das armas.

A presença de Arafat na ONU significava que a OLP era a entidade reconhecida como o interlocutor palestino por diversos Estados. A Liga Árabe, a União Soviética, a França e a Itália, por exemplo, já reconheciam a OLP como representante legítima dos palestinos (MASSOULIÉ, 1996, p. 96). Porém, Israel ainda tratava a OLP como um agrupamento de terroristas. Mesmo em 1988, quando Arafat renunciou ao terrorismo como estratégia, os líderes políticos israelenses hesitavam em negociar com a Organização.

Somente em Oslo, em 1993, com o aperto de mãos entre Arafat e Ytzak Rabin, a OLP foi reconhecida por Israel. Fechava-se assim um primeiro grande *round* na luta palestina. Agora, reconhecido pela comunidade internacional e por Israel como uma nação, os palestinos deveriam buscar soluções políticas que efetivassem seu direito à autodeterminação, com a criação do Estado da Palestina.

6 Considerações finais

A emergência da identidade palestina é um fenômeno bastante complexo e sujeito a grandes debates. Pretendeu-se com este estudo demonstrar que a tese de que os palestinos só começaram a se identificar com sua terra após o advento do Estado de Israel é equivocada. Também merece ser problematizada a ideia de que os palestinos só se identificaram como tal a partir da expansão do movimento sionista. O que o sionismo despertou foi uma identidade nacional, diferente da identidade local, paroquial, predominante até então. A ideia de nação, dispersa entre os elementos árabes e religiosos (cristãos ou muçulmanos), necessitou de uma afirmação e reafirmação constantes para poderem vencer outras formas de identificação. Isso só foi conseguido através de um árduo trabalho levado à cabo pelo movimento nacionalista palestino, cujo principal agente foi a OLP, liderada pelo Fatah, de Yasser Arafat.

No entanto, a tarefa foi muito difícil. Além das mudanças de rumo exigidas pelas circunstâncias, os palestinos nunca estiveram totalmente unidos em sua luta. Mesmo no auge de popularidade e legitimidade da OLP, pequenos grupos continuavam agindo por conta

própria. Quando Arafat decidiu seguir o rumo político, as ações destes grupos o colocavam em situações embaraçosas. Se condenasse os atos de violência, muitos dos quais discordava, Arafat seria acusado de negar o direito à “resistência”. Calar-se e consentir seria prejudicial à sua estratégia de conseguir apoio internacional para sua causa. Tal apoio era importante, já que depois de 1967 Arafat percebeu que somente pela guerra o Estado da Palestina nunca seria criado.

Arafat tentou se equilibrar entre esses dois pólos: a resistência armada e a via política. Muitas vezes teve sucesso, mas diversas vezes falhou. Além disso, a OLP, vivendo em um ambiente internacional onde os Estados são os entes de direito a tomar decisões, precisou, durante um longo tempo, se apoiar em governantes árabes. Após a decepção com a mudança de atitude do Egito, pouca opção havia. A Síria era adversária, tanto que na Guerra Civil do Líbano, lutou inicialmente contra os palestinos. Restava o Iraque de Saddam Hussein. Somente analisando esse contexto é que podemos entender o apoio de Arafat à invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas em 1990. Esse foi um erro estratégico que lhe custou caro.

Todas essas questões devem ser levadas em conta quando observamos a trajetória do movimento político palestino para afirmar sua identidade e para defender seu direito à autodeterminação e à condição de Estado. Podemos dizer que a tática dos líderes, digo principalmente Arafat, funcionou e não funcionou no fim das contas. Por um lado, a OLP conseguiu obter, depois de muitos combates, a legitimidade internacional no plano político. Por outro, Arafat, morto em 2004, não conseguiu ver o Estado palestino, que ainda hoje não conseguiu existência.

Hoje, há um outro desafio a perturbar o nacionalismo palestino: a fragmentação da liderança política. Em todo o período de 1968 até 1987, a liderança nacionalista da OLP parecia quase inabalável, ainda que grupos menores desafiassem sua autoridade. A OLP, formada por uma miríade de grupos, englobava a maioria das organizações políticas e armadas e o maior número de militantes. Contudo, em 1987, com a eclosão da Intifada, a revolta popular contra a ocupação israelense, se iniciaria um tempo de mudanças. Deflagrada por um movimento espontâneo, a Intifada inicialmente não possuía líderes. E quando estes surgiram, não eram as figuras mais conhecidas. Os condutores da revolta foram moradores e líderes locais da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, enquanto toda a liderança da OLP estava dispersa pelos países do Oriente Médio e do Norte da África. Esse novo contingente de líderes abalou a condução do processo político palestino. Em 1988, pressionado pelas circunstâncias e ciente da necessidade de um compromisso político mais contundente, Arafat renunciou ao

terrorismo e passou a lutar apenas no campo político. Porém, nem todos os grupos aceitaram essa mudança de tática e ataques armados ainda aconteciam.

Por outro lado, dentre todos os grupos que surgiram em meio à Intifada, apenas um deles não se juntou à OLP: o Movimento de Resistência Islâmica, o Hamas. Originado da rede de assistência social *Al Mujamah*, conduzida pelo xeque Ahmed Yassin, o Hamas se levantou em armas contra a ocupação israelense e contra o Fatah. O declínio da OLP passou a ser cada vez mais acentuado e o Hamas foi ganhando força. Em 2004, com a morte de Yasser Arafat, a OLP parecia órfã. E em 2006, o Hamas venceu as eleições legislativas para o Conselho Nacional Palestino. Pela primeira vez, em quase quatro décadas, o Fatah perdia a hegemonia no movimento político palestino.

Hoje, o movimento político palestino encontra-se polarizado entre esses dois grupos. Ambos se enfrentaram em 2007 e o Hamas tomou o poder na Faixa de Gaza (Israel desocupou este território em 2005). Assim, a faixa costeira se encontra sob o domínio do Hamas enquanto a Cisjordânia está sob controle do Fatah. Ambos os grupos são filiados a ideários discordantes. O Fatah, de tendência secular nacionalista, e o Hamas, de tendência islamista. Utilizo o termo tendência porque seria inadequado enclausurar os ideários das duas correntes entre pensamentos unívocos e estratégias bem delineadas, bem como afirmar que os dois grupos contenham seguidores fieis, independentemente das circunstâncias. Quanto às práticas armadas, o Fatah oficialmente renunciou ao terrorismo, mas mantém laços não totalmente esclarecidos com organizações armadas – as Brigadas dos Mártires de al-Aqsa e a milícia Tanzim. Já o Hamas prega em sua carta a destruição de Israel, mas vem manifestando nos últimos anos um certo realismo, com uma inclinação a aceitar uma trégua de longo prazo se Israel se retirar para trás das fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias. Dessa forma, qualquer simplificação maniqueísta seria um grande equívoco.

Assim, a diferença entre os ideários dos dois grupos coloca em questão outra dimensão da vida palestina: os fundamentos de sua identidade. Desde que a OLP conseguiu obter uma força considerável, não havia dúvidas quanto a quem seguir para contribuir para a causa palestina. Desde 2006, contudo, surgiu uma cisão entre os palestinos. Assim, ser um nacional palestino já não está em questão. Hoje, poucos são aqueles que ainda insistem em dizer que a identidade nacional palestina foi uma criação deliberada de líderes manipuladores. Contudo, os elementos a serem mobilizados para a reafirmação desta identidade estão em xeque. Anteriormente, se a ênfase recaía sobre o direito de um povo a ter sua autodeterminação, hoje há uma tendência a colocar o peso na visão de que, como muçulmanos, os palestinos têm direito ao controle do território sagrado de seus ancestrais. Nem todos os membros dos dois

grupos enxergam a situação desta forma, mas uma polarização está certamente instalada. Esse é o desafio atual para a identidade palestina.

Artigo enviado em: 03/04/2010. Aprovado em: 20/07/2010.

Documentação

United Nations Information System on the Question of Palestine (UNISPAL). Disponível em: <<http://unispal.un.org>>

The National Archives of United Kingdom. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk>>

Referências Bibliográficas

AMORIM, Cleyde. A temporalidade “Kalunga” no espaço histórico do quilombo. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Nilma. **Antropologia e história: debate em região de fronteira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém: uma cidade, três religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., 1998, pp. 183-91.

DEMANT, Peter. Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (org.). **Israel-Palestina: a construção da paz vista pela perspectiva global**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, pp. 201-59.

DOWTY, Alan. **Israel/Palestine**. 2ª ed. Cambridge: Polity Press, 2005

FILKENSTEIN, Norman. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalisms**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006

GETTLEMAN, Marvin; SCHAAR, Stuart (ed.). **Middle East and Islamic world reader**. New York: Grove Press, 2003.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.) **O Século XX. Vol. III. O tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 97-131 .

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERZL, Theodor. **The Jewish State**. New York: Dover Publications, 1988.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.

LEV, Yaacov. Palestine. In: MERI, Josef (ed.). **Medieval Islamic civilization: an Encyclopedia**. Vol. II. L-Z. New York: Routledge, 2006, pp. 590-2.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

PAPPE, Ilan. **A history of modern Palestine: one land, two people**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SCHMELZ, U.O. Population characteristics of Jerusalem and Hebron regions according to Ottoman census of 1905. In: GILBAR, Gad G. **Ottoman Palestine (1880-1914)**. Haifa: University of Haifa, 1990, pp. 15-67.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Editora Vozes, 2003, pp. 73-102.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: <salgado_net@yahoo.com.br>.

² Utilizo a concepção teórica de Clifford Geertz a respeito da cultura, quando ele defende que o antropólogo deve buscar entender a cultura a partir da teia de significados que os homens constroem em suas práticas sociais (GEERTZ, 1989, p. 4). Ou seja, compreender tais significados não como produzidos externamente, a despeito da consciência dos sujeitos, mas nas práticas sociais, pois a cultura está na ação, na prática: todo ato humano é simbólico (GEERTZ, 1989, p. 8).

³ Contudo, a entrada da Palestina na “modernidade” não é uma simples cópia da modernidade europeia, Ao contrário, é um “fragmentado e fraturado processo de transformação, em que as sociedades locais se movem com igual fervor ‘para trás’ (para o passado) e ‘para a frente’ (em direção à Europa)” (PAPPE, 2004, p. 8).

⁴ Um estudo controverso que afirma que a maioria da população árabe da Palestina era composta por imigrantes ilegais é o livro de Joan Peters, *From time immemorial*. Sua tese, no entanto, é refutada por vários historiadores. Uma contra-argumentação a esta visão pode ser encontrada no livro de Norman Filkenstein, *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina*, (FILKENSTEIN, 2005, pp. 77-116). Além disso, segundo o censo otomano de 1905, 78% dos muçulmanos habitantes de Jerusalém eram nascidos na cidade. (Cf. SCMELZ, 1990, p. 39)

⁵ Segundo estimativas, este contingente era de aproximadamente 24 mil em 1882, 4% da população total (Cf. MASSOULIÉ, 1996, p. 64), radicados, sobretudo, no interior e nos arredores da cidade de Jerusalém, além das cidades de Hebron, Safed e Tiberíades. O censo realizado pelo governo otomano em 1905, apesar de conter dados fragmentários e problemáticos, pode auxiliar: o número de judeus em Jerusalém era de 13.600, cerca de 12% de uma população total da cidade de 110 mil (Cf. SCMELZ, 1990, p. 35). Esse número provavelmente era maior, pois o censo contabilizava apenas os habitantes que possuíam cidadania otomana, o que não era o caso de muitos judeus.

⁶ Oficial governamental criado durante a expansão do Império Muçulmano. No Império Otomano estava subordinado apenas ao Sultão.

⁷ Comissão, presidida por Henry King e Charles Crane, criada durante a Conferência de Paz de 1919 com o objetivo de solucionar o nascente conflito na Palestina e definir o *status* jurídico das áreas árabes recém-liberadas do domínio otomano.

⁸ Acordo Faisal-Weizmann, 3 de janeiro de 1919. Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 18 fev. 2010.

⁹ Recomendações da Comissão King-Crane, 29 de agosto de 1919. Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 18 fev. 2010.

¹⁰ Declaração Balfour, 2 de novembro de 1917. Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 18 fev. 2010.

¹¹ A divisão administrativa otomana era composta por *vilayets*, que eram subdivididos em *sandjaks*. Estes estavam subordinados a algum *vilayet*. Porém, havia os *sandjaks* livres, como Jerusalém, subordinados diretamente a Istambul.

¹² Houve duas revoltas judaicas contra o domínio romano. A primeira delas ocorreu entre 66 e 73 E.C. A segunda, também conhecida como revolta de Bar Kochba (Filho da Estrela), ocorreu entre 132 e 135 E.C. Após este levante, a Iudea foi renomeada para *Palaestina* e Jerusalém, para *Aelia Capitolina*.

¹³ Gabinete Imperial de Guerra (Reino Unido). Resoluções sobre a Palestina. Dezembro de 1918. The National Archives (GT6509 - CAB/24/72). Disponível em <<http://www.nationalarchives.gov.uk>> Acesso em 18 fev. 2010.

¹⁴ Mandato da Palestina (Liga das Nações), 12 de agosto de 1922 (C.529.M.314.1922.VI). Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 18 fev. 2010.

¹⁵ *The Palestine Order in Council* (Liga das Nações), 10 de agosto de 1922 (C.639.M.378.1922.VI). Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 18 fev. 2010.

¹⁶ Utilizo a noção de Pierre Bourdieu, para quem a trajetória se constitui como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1998, p.189). Dessa forma, a trajetória é problemática e pode ser repleta de idas e vindas. Assim, esta teoria rompe com a noção biográfica, que se caracteriza como uma noção de que a vida de alguém ou a biografia de um movimento político é um todo coerente e orientado para um determinado fim.

¹⁷ Relatório de 9 de junho de 1921, anexo ao Memorando do Secretário de Estado para as Colônias. “A situação da Palestina” (CAB/24/25). The National Archives. Disponível em <<http://www.nationalarchives.gov.uk>> Acesso em: 14 mar. 2010.

¹⁸ Minutas da Quinta Sessão – Comissão Permanente de Mandatos (Liga das Nações), 19 de julho de 1929. (C305.M.105) Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 18 fev. 2010.

¹⁹ Relatório do Governo de Sua Majestade do Reino Unido da Grã-bretanha e Irlanda do Norte ao Conselho da Liga das Nações sobre a Administração da Palestina e Trans-Jordânia para o ano de 1929, 31/12/1929. Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 22 fev. 2010.

²⁰ *Apud* UNISPAL, “The origins and evolution of the Palestine problem (1917-47)” Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 20 mar. 2010.

²¹ Sumário do Relatório da Comissão Real da Palestina (Comissão Peel), de 30 de novembro de 1937 (C.495.M.336.1937.VI). Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 22 fev. 2010.

²² *Mufti*: “(em árabe, ‘juiz’) - teórico da lei islâmica que exerce ao mesmo tempo funções religiosas, judiciais e civis” (MASSOULIÉ, 1996, p. 150).

²³ A Transjordânia, ao ficar responsável pela Cisjordânia, mudou seu nome para Reino Hachemita da Jordânia.

²⁴ Resolução 242 da ONU, 22 de novembro de 1967 (S/RES/242). Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 20 mar. 2010.

²⁵ Discurso de Yasser Arafat na tribuna da Assembleia Geral da ONU, em 13 de novembro de 1974 (A/PV.2282). Disponível em: <<http://unispal.un.org>> Acesso em: 20 mar. 2010.